

# Edmund Burke: Contradições do autor conservador<sup>1</sup>

*Lucas Barcos Rodrigues (Mestrando do PPGCP-IFCH/Unicamp)*

**Resumo:** Existe uma discussão quanto às contradições nas visões de Edmund Burke ao se comparar seu *Speech of Edmund Burke, Esq. on American Taxation* (1774) em que o autor teria promovido uma defesa liberal a respeito das imposições inglesas nos Estados Unidos, e suas *Reflections on the Revolution in France* (1790), sua principal obra, em que promove uma defesa conservadora e uma crítica a Revolução Francesa, conhecida como “Problema Burke” (*The Burke Problem*). Enquanto alguns pensadores acreditam que essa contradição existe de fato, como O’Brien em um primeiro momento e Isaac Kramnick e Modesto Florenzano; outros e negam tal contradição, a exemplo de John Pocock; e outro ainda apresentam que esta existe apenas de forma aparente, caso de C.B. Macpherson. Este trabalho pretende apresentar a visão destes autores sobre a questão e, num segundo momento, fazer uma análise de ambas as obras de Burke, a fim de compreender, ainda que preliminarmente, como um mesmo autor defende a libertação americana, e um governo autoritário monárquico na Europa.

**Palavras Chave:** Edmund Burke; Conservadorismo; Revolução Francesa

Edmund Burke (1729-1797), aparece inúmeras vezes como o pai do conservadorismo por sua obra *Reflections on the Revolution in France* (Reflexões sobre a Revolução na França), por vezes descrita como a bíblia do conservadorismo<sup>2</sup>. O historiador Alfred Cobban descreve-a como “o maior e mais influente panfleto político jamais escrito, e uma contribuição clássica para a teoria política da civilização ocidental.”<sup>3</sup>. A importância da obra é, sem dúvidas, inegável para as bases do conservadorismo como o conhecemos hoje.

Porém, quando se olha mais de perto o Burke, fica mais do que evidente que esta imagem de um autor completamente coerente, sem algumas contradições internas em suas obras e pensamento, é nada mais do que justamente uma imagem. Uma construção de harmonia e congruência que passou a ser defendida, desde o começo do século XIX com Coleridge, e se consolida com os intelectuais conservadores norte-americanos, a exemplo de Russel Kirk, autor que justamente promove um movimento para demonstrar a coesão de Burke.

Ainda que as *Reflexões* de Burke tenham se tornado um marco de suma importância para o pensamento e a ideologia conservadora, esta não é sua única obra. Ao longo de sua

---

1 44º Encontro Anual da ANPOCS: GT 51 – Teoria e Pensamento Político – democracia e autoritarismo.

2 LYNCH, 2017, p.315.

3 COBBAN, 1950, p.4.

carreira como deputado filiado ao partido *Whig*, a partir de 1765, permanecendo na Câmara dos Comuns até 1794, encontram-se escritos anteriores à sua mais famosa obra, que eram favoráveis a autonomia das colônias da América do Norte, da Irlanda e da Índia. Ou seja, teoricamente um pensamento que entra em conflito com sua posição mediante a Revolução Francesa.

Desde o *Reform Act* de 1832, durante a era vitoriana, até os anos 20 do século XX, os liberais defenderam e construíram a imagem de Burke como um estadista liberal e utilitário, utilizando-o de modelo político e estadista, porém, considerando suas *Reflexões* como um equívoco do autor, seja por sua falta de conhecimento da França, seja realmente por um estado de loucura, podendo se destacar aqui Macaulay (1800-59), Buckle (1821-62), Acton(1834-1902), Lecky(1838-1903) e Morley(1838-1923).

Na década de 20, porém, enquanto se tinham pensadores que mantinham a interpretação de Burke como um estadista liberal, como Harold Laski (1893-1950), tiveram-se também aqueles que passaram a ler o parlamentar inglês sob outra ótica, como Lewis Namier (1888-1960), que reduziu-o a um político demagogo, oportunista e que ansiava pelo poder. Na década de 30, por outro lado, Winston Churchill faz uma leitura autenticamente conservadora de Burke, em seu ensaio *On Consistency in Politics*, de 1932.<sup>4</sup> No seu ensaio, Churchill observa não só os dois lados de Burke, o que chama de “apóstolo da Liberdade” por um lado e “o mais temível campeão da Autoridade”, mas enxerga, para além desses dois lados, um intelectual coeso e coerente, que defendia os mesmos fins ao longo de sua vida. Porém, os problemas que o irlandês enfrentou foram diferentes, sob formas e direções diferentes, portanto utilizara de armas diferentes, mas que foram obtidas de seu mesmo arsenal e para o mesmo propósito nas duas situações. Em 1938, Walter Lippman, em sua obra *The Good Society*, se baseia muito em Burke para formular as bases do liberalismo democrático para os Estados Unidos, pensando em uma chave do pragmatismo social. Ao olhar as pessoas como indisciplinadas pela natureza, elas deveriam ser orientadas pelas tradições forjadas pela experiência. Uma noção que enxerga Burke como coerente justamente para pensar a chave liberal de governo, estabelecidas pela *Common Law*, historicamente estabelecida, para garantir a ordem social.

A partir do final da década de 40, saindo agora da Inglaterra e indo para os Estados Unidos, o autor passa a ser visto como um grande filósofo conservador, como um intelectual

---

4 FLORENZANO, 1999, p.47-9

coerente e sistemático, que seria utilizado ideologicamente para vencer a guerra contra os novos jacobinos que lhes ameaçavam, os comunistas. Autores como Ross Hoffman e Paulo Levack identificam em Burke uma busca de uma lei universal da razão e da justiça, que siga os fundamentos estabelecidos por Deus para uma ordem social e uma boa sociedade. No final de 1962, Kirk Russel defende a atualidade e importância de Burke, defendendo que os argumentos do mesmo devem ser sempre lembrados na luta contra o fanatismo revolucionário que esteve presente em muitas nações de sua época. Existia, assim, para estes conservadores norte-americanos, um grande apreço pelo parlamentar *Whig*. Um dos fundadores da *Burke Newsletter* (criada em 1959 e desde 1979 transformada na revista *The Eighteenth Century: Theory and Interpretation*), Peter Stanlis, deixa clara seu bem olhar para o intelectual: “Quando Burke escreve, não importa quão mundano é seu objeto, alguma coisa mágica acontece.”<sup>5</sup>

Essa questão, da disparidade de pensamento entre suas obras anteriores e as *Reflexões*, de um Burke liberal ou conservador, dentre alguns biógrafos e estudiosos do mesmo, ficou conhecida posteriormente como “Problema Burke”(The *Burke Problem*), que trataremos a seguir.

## **Problema Burke**

Como bem nos esclarece acerca do desenvolvimento da discussão<sup>6</sup>, Conor Cruise O’Brien, em 1968, foi o primeiro autor a tratar dela, em sua *Introdução às Reflexões* de Burke, na edição da *Penguin Classics Books*. Ainda que não tenha exatamente utilizado o termo “Problema Burke”, foi o primeiro a situar Burke de maneira histórica, criticando a maneira como os conservadores norte-americanos o utilizavam, isso é, a coerência que defendiam em seu pensamento como um todo. Para O’Brien, as implicações psicoculturais da naturalidade de Burke, um irlandês, são os fatores cruciais para se entender as contradições que aparecem entre suas obras.

Para o comentador, ainda que escrevesse e falasse como um inglês, Burke não deixava de ser irlandês. Escreveu as *Reflexões* incorporando um inglês, mas ser um de fato. Seu argumento então é de que na época (1790), era impossível para um legítimo inglês, independente do seu grau de conservadorismo e inteligência, sentir ou perceber reais medos e

---

5 Citado por Florenzano, op. cit. p.50.

6 Ibid, p.51

preocupações advindos da Revolução Francesa, ou sentir alguma simpatia pelas perdas impostas ao clero e à igreja católica francesa. O parlamentar inglês, por ser justamente uma combinação de proprietário e defensor da aristocracia, mas com origem irlandesa, teria uma visão mais vulnerável quando à dominação social e seria mais simpático ao catolicismo. Assim, poderia ter sentido e percebido os perigos iminentes que a Revolução Francesa representava para toda a ordem estabelecida na Europa e na Inglaterra de sua época.

Em 1977, 9 anos depois da *Introdução* de O'Brien, Isaac Kramnick transforma em sua tese central o que foi uma nova maneira de olhar a questão,<sup>7</sup> ao escrever a biografia de Burke *The Rage of Edmund Burke, Portrait of an Ambivalent Conservative*. Não só foi o primeiro a de fato consagrar o termo de "Problema Burke" (*The Burke Problem*), mas também foi o autor que mais aprofundou as implicações psicológicas que advém do parlamentar ser um autor dividido entre um aristocrata conservador assumido e um burguês rebelde reprimido.

O biógrafo, ao contrário de O'Brien, desloca o eixo explicativo da questão do campo etno-religioso para o campo sexual-social, acrescentando que não é somente nas *Reflexões* de Burke em que aparece sua ambivalência. Toda sua obra e pensamento seria um retrato claro de uma personalidade confusa, reprimida e, mais do que tudo, dividida. Uma divisão que aparece a partir da sua dificuldade de identificação com sua personalidade aristocrática e sua personalidade burguesa. Kramnick recorre, então, à psicanálise de Freud para observar a volumosa correspondência de Burke, chegando a conclusão que sua ambiguidade dependia menos do fato do autor ser irlandês, ou mesmo católico, e mais de identidade sexual mal resolvida na fase edipiana<sup>8</sup>. Via, assim, sua ambiguidade como um reflexo de uma vida conturbada, com uma relação problemática com seu pai, e que portanto o autor teria uma ambivalência para com sua identidade social e ideológica, acompanhada de diversas confusões e dúvidas quanto a sua identidade sexual. Uma ambivalência de conflito pessoais e internos que teriam proporcionado ao parlamentar inglês a possibilidade de internalizar, como nenhuma outra pessoa poderia, toda a tensão e conflitos que se davam entre a então burguesia ascendente e a todo-poderosa aristocracia dominante. Ainda que possamos discordar e problematizar algumas das conclusões que Kramnick chegou, é uma visão que nos auxilia trazendo novas perspectivas sobre a vida e pensamentos de Burke.

---

7 Ibid, p.54.

8 Ibid, p.55.

Em 1980, C.B. Macpherson também tratou do “Problema Burke” (*The Burke Problem*), título do primeiro capítulo da biografia que dedicou ao intelectual<sup>9</sup>. Aqui, porém, há uma diferença na abordagem da questão em relação aos autores já citados acima. Enquanto O’Brien e Kramnick vão em busca do *porquê* das contradições no pensamento e nas obras do parlamentar, Macpherson dá um passo para trás nessa problemática e questiona se *sequer existe* um “Problema Burke”, concluindo que este se dá apenas de maneira aparente. Defende que esta ilusão de contradição de mostra quando são comparados os escritos econômicos e políticos do autor, em que nos primeiros sempre promoveu uma defesa de mercado e da economia capitalista, enquanto que nos segundos, com destaque para as *Reflexões*, efetua sua defesa à ordem já estabelecida e às tradições e instituições historicamente constituídas.

A visão do biógrafo é a de que a ordem capitalista já havia se inserido na Inglaterra desde o século XVII, e o fez ao se infiltrar na ordem hierárquica já estabelecida no país, sem modificar as antigas estruturas políticas, ou seja, sem modificar a relação do rei, da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns entre si, e tampouco alterando as diferenças de classes econômicas, entre os proprietários, empresários e trabalhadores. Para o biógrafo, a grande genialidade de Burke advém deste ter tido a capacidade de compreender que a Inglaterra de sua época, já então uma sociedade capitalista, ainda era dependente das relações de status entre as pessoas, que o capitalismo não a havia substituído, mas que sim dependida dessa relação para sua manutenção.

Para Macpherson, ainda que Burke promova uma defesa da economia capitalista, inclusive nas suas *Reflexões*, e que tenha sim identificado a Revolução Francesa como burguesa, o autor manteve sua crítica apesar de tudo. Isto porque não era um historiador do século XIX, mas sim um homem de seu tempo, que não enxergava a história como a conquista do poder por uma classe. Tanto não o fez ao olhar as revoluções inglesas que o antecederam, não havia como esperar que o fizesse em 1790 ao observar a Revolução Francesa. Ainda que também podamos discordar de algumas das conclusões de Macpherson, o seu ponto de partida, de questionar a real existência do “Problema Burke”, e observar não só os escritos políticos, como também, e com tamanha importância, seus escritos econômicos, são de grande auxílio para aumentar o espectro de visões políticas pelas quais se pode olhar esta questão.

---

9 Ibid, p.56.

Nessa chave de questionar a própria existência do “Problema Burke”, em 1982 John Pocock nos apresenta seu artigo *The Political Economy of Burke’s Analysis of the French Revolution*, observando a questão, mas de uma maneira bem diferente das que propõem os autores já apresentados. O historiador neozelandês nega tanto o que vai chamar de extremo freudiano como o extremo marxista (ou seja, as interpretações de Kramnick e de Macpherson)<sup>10</sup>. Ainda que concorde que Burke é um economista-político, não enxerga no autor uma defesa das ideologias e dos interesses burgueses. Tampouco enxerga uma ambivalência em seu pensamento, além de não acreditar na existência de uma contradição entre uma burguesia radical e uma aristocracia conservadora na Inglaterra da época.

Pocock questiona as visões dos autores já mencionados justamente por estes possuírem uma visão marxista da questão, isso é, enxergam um vínculo da ideologia política com as diferentes classes e a luta de classes. Contornando estas visões, a proposta metodológica de se observar a história do pensamento político que o autor segue é a de, por outro lado, vincular *discursos* a uma linguagem própria e específica da contextualização política discursiva do autor estudado. Em sua análise, apresenta como conceitos específicos no texto de Burke aparecem sobre uma chave explicativa, o conceito de “costumes” (*manners*), “antiga constituição” (*ancient constitution*), além de uma das chaves centrais em seu artigo, que é o tema da especulação do crédito. Três conceitos, explicita Florenzano (1999), chaves para compreender a visão que Burke tinha sobre a história e a civilização, além de todo seu tratamento para com a Revolução inglesa de 1688 e seu temor e críticas ao interesse monetário que estava diretamente relacionado à Revolução Francesa. A chave explicativa dos conceitos de Pocock é, aqui, a que mais nos interessa, justamente por olhar como os discursos e a linguagem são pontos cruciais para se entender o pensamento de um autor. Voltaremos a ela mais tarde.

A fim de exemplificar o tamanho e a atualidade da discussão que existe em torno do chamado “Problema Burke”, cabe apresentar como essa questão foi observada posteriormente à Pocock. Em 1992, O’Brien volta a olhar o problema, mas dessa vez sob um ângulo diferente, em sua obra *The Great Melody. A Thematic Biography and Commented Anthology of Edmund Burke*. Mais de 20 anos depois de seus primeiros comentários sobre o assunto, o autor agora passa a ver Burke de maneira diferente, não mais com contradições entre suas obras, mas sim possuidor de uma linha única de pensamento, que guia o autor, a linha do

---

10 Ibid, p.57.

humanismo, em favor de países atormentados.<sup>11</sup> O'Brien passa a enxergar uma grande coerência em seu humanismo que não defendeu apenas o clero e a nobreza, à sua maneira reacionária, mas também as “vítimas da violência e do terror revolucionários”, a linha guia do parlamentar seria, sob esse ponto de vista, a da defesa da liberdade contra a opressão.

O problema dessa nova análise é que ela ignora muito do que foi produzido nesses 20 anos entre as obras de O'Brien por outros autores, como os já citados acima, diminuindo a visão sobre Burke em toda sua complexidade. Não aparecem menções das visões do parlamentar como um economista-político, que o próprio utilizava de apoio para muitas de suas defesas antidemocráticas e de não simpatia pelos trabalhadores. Então, ainda que se possa fazer uso dessa nova análise, em muito ela peca por não promover um diálogo com outros autores que também trataram do assunto.

Uma última visão a ser apresentada aqui sobre a questão é a de Florenzano, em 1999, em seu trabalho para livre-docência *Burke: “A man for all seasons”*, em que não só apresenta-nos as visões já colocadas acima de biógrafos de Burke, como também sua própria. Para o autor sim, existe o “Problema Burke”, mas não da maneira como viam os autores já mencionado, não ignorando-os também, obviamente. A questão passa por buscar entender como um mesmo autor desenvolve o pleno advento da economia de mercado e a plena preservação das hierarquias sociais já estabelecidas com seus privilégios políticos e desigualdades. Ou seja, uma simultânea defesa da economia de mercado, que implicava no abandono da velha economia paternalista, ao passo em que mantinha a aristocracia intocada em seus privilégios, garantindo sua supremacia e permanência. Uma questão que, para o autor, só pode ser explicada olhando justamente para o “Problema Burke”.

Defende então que a ambivalência de Burke, como já propôs Kramnick, é algo a ser observado, especificamente em seus caracteres burguês e aristocrático. Porém, em vez de ter se tornado um duplo caráter que não se reconhece em nenhum deles, Florenzano propõe uma inversão neste olhar, sustentando que ao deixar seu caráter burguês, mais forte em suas primeiras obras, para assumir o caráter aristocrático, que mais aflora nas *Reflexões*, Burke teria um olhar expandido da questão. Isso é, seria um conhecer tanto do que abandonou quanto do que assumiu, passou a ter, a termos do intérprete que empresta de Kant, uma “mentalidade alargada” sobre a situação.

---

11 Ibid, p.58.

Posição que lhe proporcionou uma visão única, que tampouco um puro burguês ou um puro aristocrata seria capaz de ter. Teria se tornado, assim, passível de obter o máximo de consciência possível aristocrática sem perder o máximo de consciência possível burguesa. Cabendo ainda destacar que a aristocracia que defendia era justamente uma aristocracia mercantil, por isso foi capaz de criticar a Revolução Francesa simultaneamente a sua promoção da defesa da economia de mercado. O comentador enxerga, assim, que Burke critica a modernidade sendo conservador, mas, ao mesmo tempo, mantém seu caráter liberal e moderno.

Ainda que não possamos saber concretamente se houve uma real mudança no pensamento de Burke ao longo de sua vida, e se houve, o porquê disso, observar comparativamente as suas percepções sobre a independência americana e indiana em relação à Revolução Francesa é, no mínimo, algo curioso. Que nos desperta a atenção para questionarmos se existiu, ou não, essa mudança de pensamento. E quanto mais olhamos não somente as fontes originais, mas também os comentadores de um pensador, melhor estamos instrumentalizados para tentar entendê-lo em toda a sua complexidade.

Como este paper faz parte de uma pesquisa maior que ainda está em desenvolvimento no PPGCP-IFCH/Unicamp, não cabe ainda fazer uma afirmativa sobre como resolver o “Problema Burke”, talvez nunca sequer exista uma resposta certa para isto. Porém, nos parece de auxílio à discussão colocar mais um elemento nesta equação, a ideia de natureza das coisas (*nature of things*), que discutiremos a seguir.

### **Natureza das coisas.**

Antes de darmos prosseguimento a ideia propriamente dita de natureza das coisas, um ponto interessante de ser observado é que, na época em que as *Reflexões* de Burke foi publicado, já houve um questionamento quanto a mudança que teria acontecido no pensamento do autor. Mary Wollstonecraft, em sua resposta do mesmo ano intitulada *A Vindication of the Rights of Men*, já acusava o parlamentar de ter promovido uma mudança brusca de posicionamento: “Você foi o Cícero de um dos lados da Casa por muitos anos, o fato de ter ficado no esquecimento e ver suas honrarias desaparecerem foram capazes de fazer surgir, e levarem você a produzir as *Reflexões*”, e ela avança em sua crítica: “Lendo as suas *Reflexões* cuidadosamente, cheguei à conclusão de que, tivesse sido um francês, apesar do seu



respeito pela hierarquia e pela Antiguidade, você teria sido um revolucionário violento...A sua imaginação teria se incendiado...”.<sup>12</sup>

Joseph Priestley, em suas *Letters to the Right Honourable Edmund Burke* de 1791, também demonstra sua surpresa e incredulidade ao ver essa nova faceta do intelectual irlandês.<sup>13</sup> A resposta mais famosa à Burke, *Os Direitos do Homem* de Thomas Paine, 1791 (primeira parte) e 1792 (segunda parte), não foi uma exceção quanto a este susto coletivo para com a “nova” posição de Burke, vendo-o não mais como um francês ou um inglês, mas apenas como um bajulador, um amigo de ninguém, uma “lagarta de todas as cortes”. Surpresa essa que se estendeu para além de autores mais famosos, que inconformava até mesmo James Parkinson que, escrevendo sobre a alcunha de membro da *Swinish Multitude* (Multidão de Suínos)<sup>14</sup> em 1793, acusa-o de ser uma lagarta preparada para modificar-se dependendo da situação, julgava-o como um aliado, mas este “sempre esteve com a faca em mãos pronta para enfiar na garganta.”<sup>15</sup> Não eram poucas as acusações na época de que Burke havia enlouquecido, perdido a sanidade, no momento que escrevera as suas *Reflexões*. Seus contemporâneos especulavam quais motivos teriam levado o autor a ter esta resposta, se seria por conta de ser irlandês, se seria culpa de sua má situação financeira, sua obsessão com a Índia ou o recebimento da pensão real que recebeu em 1794. O que se transformou posteriormente no “Problema Burke”, não era na sua época um objeto de análise, era porém um objeto de disputa política entre seus contemporâneos, que já formava um campo de tensão desde a publicação das *Reflexões*, que foram e seguem sendo discutidas até hoje, mas agora como um objeto de análise de seus intérpretes e biógrafos.

Apesar de tudo isso, das constantes acusações de traição e de insanidade que lhe foram rogadas, Burke, em seu texto de 1791 *An Appeal From The New To The Old Whig*, defende seu posicionamento, negando que suas *Reflexões* traíram quaisquer de suas convicções e pensamentos políticos. Aqui, ele não só reforça suas opiniões quanto a Revolução Francesa, mas afirma que era esperado dele um extremismo que nunca lhe foi próprio, mas que sempre se manteve no meio.

---

12 Citações extraídas de Florenzano, op. cit. p.45.

13 No prefácio das cartas, o autor dedica uma longa passagem a lembrar como Burke foi um amigo da revolução americana, que considerava-o como um defensor da liberdade, civil ou religiosa, mas que, visto a sua posição para com a Revolução Francesa, eles não teriam outra possibilidade senão a de, infelizmente, opostos em quaisquer questões importantes.

14 Título que Burke atribui aos revolucionários franceses, uma vez que destituíram o clero e a nobreza, não teriam guias de conhecimento para guiá-los, assim, se tornariam uma multidão de suínos. BURKE, 1999, p.173.

15 PARKINSON, 1793, p. 8.

“The author of that book is supposed to have passed from extreme to extreme; but he has always kept himself in a medium. This charge is not só wonderful. Is it in the **nature of things**, that they who are in the centre of a circle should appear directly opposed to those who view them from any part of the circumference. In that middle point, however, he will still remain, though he may hear people who themselves run beyond Aurora and the Ganges, cry out, that he is at the extremity of the west.” (BURKE, 1791, p.45) (Grifo meu)

Essa passagem, posterior às *Reflexões*, para os fins desse paper, é de suma importância. Primeiro. Nos mostra qual era a visão do próprio autor acusado sobre ter mudado seus pensamentos e ideologias políticas, como este via as acusações que lhe faziam, e como as respondera. Segundo. Para além de suas respostas as acusações, Burke o faz demonstrando muito de qual era base de sua ideologia mais característica, a que nos parece um ponto primordial e chave para entender seu pensamento e maneira de ver o mundo, a da natureza das coisas (*nature of things*).

Aqui retomo a metodologia de John Pocock, que observa como conceitos, ideias e temas que são importantes para o autor necessitam de uma chave explicativa, e como, a partir disso, podemos ter um maior conhecimento das suas possíveis intenções em sua escrita. Cremos que, ao explorar a ideia de natureza das coisas no pensamento burkeano, podemos acender uma luz a mais para observar o debate do o “Problema Burke”.

“He traced this tradition [do partido *Whig*] back to the English Revolution of 1688, which he thought had established a stable and beneficent political order, based on the power of property.(...) In defense of 1688, Burke needed to refute the case for a new revolution, or even for major political reform, in England. In the *Reflections* he therefore compared the two revolutions and the principles they represented. The need to develop this basic contrast accounts in part for **Burke’s historical approach** in the *Reflections*, but there were other reasons for his adopting it. He believed that **prescription and precedent, history and experience** were wiser and more prudent guides than abstract ideas or general principles.” (LOCK, 1985, p.62) (Grifos meus)

Essa passagem que o biógrafo de Burke nos coloca passa por muito do que o parlamentar entende por natureza das coisas, que também vai ser a base de muita da sua crítica à Revolução Francesa. O elogio do *Whig* à Revolução Inglesa advém de um entendimento que esta fora capaz, simultaneamente, de cumprir as reivindicações populares e estabelecer uma ordem política e social harmônicas e estáveis. A partir do poder da propriedade, conseguiu não só reafirmar os direitos civis dos ingleses, mantendo também a sucessão da coroa, em um processo que não destruiu a ordem social e manteve a propriedade inalienada.<sup>16</sup>

---

16 FURET. 2001, p.95-99.

Ou seja, a Revolução Inglesa de 1688 promoveu, a seu ver, a reconciliação de uma regra fixa com um desvio; ou seja, manteve o caráter da sucessão hereditária com a possibilidade de mudança se necessária. Exercício esse que, para o *Whig*, se limita a um caso extremo e, ainda sim, deve ser limitada a parte “deteriorada” apenas, a parte que tornou necessário o desvio da regra. Além disso, deve ser uma mudança que não decomponha com o corpo civil e político já estabelecido, visando criar alguma nova ordem civil.<sup>17</sup> O caso da Revolução Francesa, por outro lado, foi uma “tentativa de reverter a própria natureza das coisas”, destituindo por completo instituições que foram historicamente construídas e tentando substituí-las por uma nova ordem, uma nova regra, baseada apenas na abstração e não na experiência. Mas então, como explicar mais explicita e claramente o que é essa ideia de natureza das coisas?

Burke tinha como valor que a política era resultado de uma circunstância histórica específica. Seu apelo a tradição e a Constituição inglesa é justamente por enxergar que estas garantem a liberdade dos ingleses de maneira legítima e segura. Um apelo da história para a estabilidade de seu momento. Uma cooperação da história com a prática para formar a política. “A complexa relação entre presente, passado e futuro estrutura toda a obra de Burke.” (CASSIMIRO, 2015, p.13). Para Burke, não havia como guias gerais ou quaisquer abstrações serem capazes de ser mais inteligentes e sagazes que a própria história e a experiência.<sup>18</sup> É nesse ponto que reside a diferença de seu olhar para a Revolução Inglesa e a Francesa.

Enquanto a primeira promovia uma mudança sim, mas respeitava as tradições, a ordem civil e as instituições historicamente construídas, alterando apenas o necessário, mantendo a natureza das coisas, a segunda promovia um estado de caos, que rompia com a ordem social já estabelecida e tentava implementar uma nova, baseada em abstrações e não na experiência e nas tradições, que tentava inverter com a natureza das coisas. E é necessário pontuar, por mais que isso possa estar já subentendido, que as grandes mudanças, ou revoluções, por si só não são um problema para o parlamentar, mas sim a maneira e o contexto em que ela se dá. Ponto que devemos destacar para se pensar sua visão sobre a América e a Índia comparativamente à França.

Essa ideia de que nossa formação política e social advém de uma série de princípios que nos são legados não surge no Burke das *Reflexões*, mas já pode ser vista anteriormente em sua obra *A Vindication on Natural Society*, de 1756. A obra é uma sátira as ideias de Lord

---

17 BURKE, 1790, p. 29.

18 LOCK, 1985, p.62

Bolinbroke (ideólogo do partido *Tory*, partido de oposição na Câmara dos Comuns ao partido *Whig* do qual Burke fazia parte), promovendo uma crítica à filosofia do direito natural. Na sátira, reduz a visão dessa filosofia, de maneira a propor que encara as leis simplesmente como frutos da necessidade do homem de socialização. Ou seja, o homem seria um ser não sociável, mas que, pelo contrário, apenas se juntaria aos outros por uma questão de necessidade, uma filosofia que nega tudo aquilo que não advém da razão e, nesse sentido, a própria religião seria algo estranho ao homem, a fonte dos males, o elemento irracional que romperia seu contato com a sociedade natural.<sup>19</sup> Burke nega a visão de que a natureza humana como uma proposta das origens do governo, num sentido anterior a história, ou pré-institucional. Ao considerar o estado de natureza como fator explicativo das origens do homem em sociedade, a partir de uma abstração da razão, excluiria todos os *elementos históricos* que compunham a formação da sociedade.

A sociedade é, para o *Whig*, entendida como um desenvolvimento que se dá ao longo do tempo, regulada pelos elementos que se mantêm no seu perpassar, ou seja, não existe sequer como se pensar na formação de uma sociedade como um processo claro à razão, mas deve-se sim encarar esse processo como um fruto de seu desenvolvimento histórico e institucional.

Com base na Natureza das coisas, Edmund Burke defende também que a sociedade teria alcançado, em seu desenvolvimento histórico, o estado em que muitos são liderados por poucos, a formação de uma aristocracia capaz de liderar de maneira política e sábia a população tola. E a propagação da ideia de falsa igualdade e de ideias de maior participação da população na vida política apenas geraria problemas. Faz parte da Natureza das coisas que, mesmo na Inglaterra, a grande maioria da população se mantenha permanentemente ignorante e sem privilégios. O caráter antidemocrático do pensamento de Burke é justificado por esta maneira de observar o desenvolvimento da sociedade. É uma linha de pensamento que é diversas vezes resgatada por autores conservadores posteriormente para justificar a existência da aristocracia e a manutenção de um teórico líder sábio comandando uma população tola.

“Burke thought it was part of the ‘nature of things’ that, even in England, the great majority of the people should be permanently, ignorant and (in consequence) unenfranchised” (LOCK, 1985, p.17)

Entendida de maneira sucinta o que é, para Burke, a ideia de Natureza das coisas, o exercício agora passa a ser como inserir essa ideia nas discussões do Problema Burke, ou seja,

---

19 CASSIMIRO, 2015. p.4-5.

buscar inserir este conceito como uma possível chave explicativa da questão. Voltemos então ao que consiste a “ambivalência” do autor.

### **Discurso sobre a Conciliação com a América.**

Toda a discussão sobre a ambivalência de Burke se dá mediante ao fato do autor ter feito dois discursos favoráveis à situação da colônia inglesa na América, seu *Speech on Conciliation with America* (1774) e *Speech of Edmund Burke, Esq., on Moving his Resolutions for Conciliation with the Colonies* (1775). Vamos ver do que se tratam esses discursos.

No primeiro discurso, Burke expressa seu apoio às queixas que advinham das Treze Colônias Americanas, favorável à revogação do imposto sobre o chá. Propunha, quase clamava, para que George III se contentasse em vincular a América às leis de comércio, não sobrecarregando-os com impostos. Isto, por outro lado, fatalmente levaria a um processo de questionamento da própria soberania inglesa. E, se não pudessem conciliar a soberania inglesa com a sua própria liberdade, a soberania seria deixada de lado em prol da liberdade. Burke via nos colonos americanos um “espírito de liberdade americana” (*spirit of American Liberty*), que a buscaria, justamente por serem colonos da Inglaterra, e que por isso teriam herdado esse espírito. Não deixariam que uma soberania que considerassem tirana os domassem, mas teriam sim a tendência a lutar pela sua liberdade. A conciliação com os interesses dos colonos seria, então, o melhor caminho para a manutenção da ordem social, garantindo a continuidade da soberania inglesa e proporcionando a liberdade dos americanos.

No segundo discurso, Burke volta a defender a conciliação com a América, visto que a paz seria preferível à guerra civil. Defendia que as colônias mantivessem seus direitos civis associados ao seu próprio governo, deixando clara a diferença de seu governo e seus privilégios, sem necessariamente uma relação mútua. Apelava a saberia de George III para que este fosse capaz de manter, simultaneamente, a autoridade soberana sobre a América, com a sua liberdade e seu governo próprios. Visto que a escravidão poderiam encontrar em qualquer lugar, a liberdade sim seria o diferencial que a Inglaterra poderia proporcionar-lhes, que mais nenhum outro país poderia. Burke recorre a paz, que deveria ser garantida acima de qualquer coisa, pontuando ainda que as vantagens econômicas da conciliação são muito mais interessantes à Inglaterra do que uma guerra para “colocar os colonos em seu lugar”. A paz

deveria ser alcançada não por meio da guerra, mas por um conjunto de negociações contínuas e intermináveis, uma paz simples, advinda de um curso natural.

Propõe seis soluções para resolver o conflito com as colônias de maneira pacífica: Permitir que os colonos elejam seus próprios representantes, resolvendo a disputa sobre tributação sem representação; Reconhecimento deste erro e pedido de desculpas; Que a Inglaterra procure uma maneira eficiente de escolher e enviar estes delegados; Monte uma Assembleia Geral na própria América, com poder de regular estes impostos; Que pare de recolher impostos por meios impositivos (leis), passando a coletá-los somente quando necessários e; Conceda a ajuda que fosse necessária às colônias. Mas então, como observar a Natureza das coisas em seus discursos sobre a conciliação com a América? Sabendo, de maneira geral, do conteúdo dos discursos de Burke, alguns trechos dos discursos podem ser apresentados para tentar encontrar como este conceito que nos interessa aparece. Todos os grifos nos trechos a seguir são meus:

“The last cause of disobedient spirit in the Colonies is hardly less powerful than the rest, as it is nor merely moral, but laid deep **in the natural constitution of things**. Three thousand miles of ocean lie between you and them.(...) **Who are you, that should fret and rage, and bite the chains of Nature?**”

“(...) from all these causes a fierce **Spirit of Liberty** has grown up. It had grown with the growth of the people in your Colonies, and increased with the increase of their wealth; a Spirit, that unhappily meeting with and exercise of Power in England, which, however lawful, is not reconcilable to any ideas of Liberty, much less with theirs, had kindled this flame that is ready to consume us.”

“But remember, when you have completed your system of impoverishment, that **nature still proceeds in her ordinary course**; that discontent will increase with misery; and that there are critical moments in the fortune of all states, when they are too weak to contribute to your prosperity, may be strong enough to complete your ruin.”

“If then the removal of the causes of this spirit of American Liberty be, for the greater part, or rather entirely, impracticable; if the ideas of Criminal Process be inapplicable, or if applicable, are in the highest degree inexpedient; what way yet remains? No way is open, but the third and last – to comply with the American Spirit as necessary; or, if you please, to submit to it as a necessary Evil. If we adopt this mod; if we mean to **conciliate and concede**; **let us see of what nature the concession ought to be**: to ascertain the nature of our concession, we must look at their complaint.”

“Such is the merit of the Trade Laws in this posture of the debate. But when strong internal circumstances **are urged against the taxes**; when the scheme is dissected; **when experience and the nature of things are brought to prove, and do prove**, the utter impossibility of obtaining and effective revenue from the Colonies; when these things are pressed, or rather press themselves, so as drive the advocates of Colony Taxes to a clear admission of the futility of the scheme; then, Sir, the

sleeping Trade Laws revive from their trance; and this **useless taxation** is to be kept sacred, not for its own sake, but as a counter-guard and security of laws of trade.”<sup>20</sup>

Estes trechos explicitam algumas coisas da visão de Burke quanto a situação na América. Primeiro. Nos mostra que este via um espírito de liberdade (*Spirit of Liberty*) crescente nos colonos. Segundo. Que este espírito estava sim de acordo e alinhado com seu entendimento de natureza das coisas, e que, por outro lado, a maneira como a soberania inglesa se exercia sobre a americana, o abuso dos impostos, isto sim estava caminhando contra o processo natural. Terceiro. Com isso, por serem os ingleses que estavam sendo abusivos, o espírito de liberdade americano era algo legítimo, que estava de acordo com a natureza das coisas, assim, o melhor caminho para o não conflito seria a conciliação. Quarto. A própria natureza das coisas estava provando para os ingleses a impossibilidade de se obter uma receita efetiva das colônias, portanto, manter essa pressão tributária não teria outro resultado senão o aumento desse espírito de liberdade americano, que levaria ao conflito. Interessante pontuar aqui, como já apresentado, a face economista-política de Burke, que fazia sua defesa de conciliação pautada na paz, mas que sempre trazia o elemento econômico para reforçar que o conflito poderia acabar de vez com quaisquer receitas que a Inglaterra pudesse obter de suas colônias americanas, o que reforçaria a necessidade da conciliação.

E aqui reside o que acredito ser a chave explicativa a ser acrescentada quando olhamos o Problema Burke. Este problema consiste na percepção de que as *Reflexões* estavam em contradição com seus escritos anteriores que atuaram em favor da autonomia da América do Norte, da Irlanda e da Índia. Ou seja, que o parlamentar havia passado por uma inversão de posições políticas, atacando o que antes defendia, e defendendo o que antes condenava.<sup>21</sup> Porém, quando olhamos as percepções do autor para com a Independência Americana e com a Revolução Francesa, sob a lente da Natureza das coisas (*nature of things*), talvez não haja uma inversão tão afirmativa de seus valores e ideologias. Para prosseguir no argumento, trago um trecho das *Reflexões* de Burke:

“The establishment of a system of liberty would of course be supposed to give it new strength; and so it would actually have done, if a system of liberty had been established. What offers has their government of pretend liberty had from Holland, from Hamburgh, from Switzerland, from Genoa, from England, for a dealing in their paper? **Why should these nations of commerce and oeconomy enter into any pecuniary dealings with a people who attempt to reverse the very nature of things;** amongst whom they see the debtor prescribing, at the point of the bayonet, the medium of his solvency to the creditor; discharging one of his engagements with

---

20 BURKE, 1999, p. 242; p.243; p.248; p.253; p.257.

21 FLORENZANO, 1999, p.44.

another; turning his very penury into his resource; and paying his interest with his rags?" (BURKE, 1999, p.348). (Grifos meus)

Aqui vemos explicitamente que Burke enxerga a Revolução Francesa como um processo que tenta inverter com a natureza das coisas. Para além disso, ao longo de toda a obra do parlamento, sob esta lente, vemos como seu ataque tem uma de suas bases nesta visão. Ao pontuar que estão tentando destituir as instituições historicamente estabelecidas e moldadas na França, atacando a nobreza e o clero, ao buscarem moldar uma constituição que se baseie não na experiência e na história, mas sim em racionalidades abstratas, ignorando todas as vantagens em seus antigos Estados, agindo como se nunca tivessem sido moldados em uma sociedade civil, ao tentarem refazer tudo a partir do nada, os revolucionários franceses estavam atentando contra a natureza das coisas. Durante quase toda a obra pode-se ver este guia de pensamento que move Burke a atacar os revolucionários franceses.

E sob essa mesma chave ele defendia a independência das colônias americanas, pois aqui, quem estava atuando contrariamente à natureza das coisas era a coroa inglesa. O que é reforçado ao olharmos as reações do parlamentar durante a guerra de independência americana:

"As to the good people of England, they seem to partake every day more and more of the Character of that administration which they have been induced to tolerate. I am satisfied, that within a few years there has been a great Change in the National Character. We seem no longer that eager, inquisitive, jealous, fiery people, which we have been formerly.

(...)

"I do not know how to wish success to those whose Victory is to separate from us a large and noble part of our Empire. Still less do I wish success to injustice, oppression and absurdity."<sup>22</sup>

Vemos que, ainda que Burke seja um ávido defensor da Inglaterra, como o mesmo deixa mais do que claro em suas *Reflexões*, ele vê com maus olhos a relação que esta tinha com as colônias americanas, enxergando ali um estado de injustiça, opressão e abuso por parte da potência européia. Um estado que ele não via na França, como mostram algumas passagens em que o mesmo defende a antiga constituição francesa, adjetivando-a como tão boa quanto esta poderia ser.<sup>23</sup> Ainda que houvesse uma mudança na constituição francesa, eles teria todas as vantagens de seu antigo Estado para fazê-la da maneira mais prudente. Quanto a constituição americana veio, após a guerra de independência, ao contrário de como se posicionou quanto a nova constituição francesa, Burke elogiou a constituição dos Estados Unidos, pronunciando em 6 de maio de 1791:

---

22 BURKE, In: LOCK, 1988, p.394; p.399.

23 BURKE, 1999, p. 123-5.



“The people of America had, he believed, formed a constitution as well adapted to their circumstances as they could.’ It was, to be sure, a republican constitution, but, given the circumstances of the Americans, it had to be one: ‘They did not, however, set up the absurdity that the nation should govern the nation; that prince prettyman should govern prince prettyman: but formed their government, as nearly as they could, according to the model of the British constitution.’”<sup>24</sup>

## Considerações Finais

Ainda que não se possa associar Burke a um conservadorismo completamente distinto de um liberalismo, como fizeram os conservadores estadunidenses da segunda metade do século XX, ou tampouco se possa afirmar concretamente que houve uma ruptura completa com seus escritos anteriores ao escrever suas *Reflexões*, quanto mais ângulos tivermos para observar o problema, maior é nossa capacidade de compreensão sobre o mesmo. Assim, o objetivo desse trabalho foi tentar observar essa questão acrescentando um elemento novo para entendê-la. Não só buscando se houve ou não uma continuidade ou ruptura no pensamento do parlamentar, mas também a própria maneira como o autor via as diferentes situações, e o porquê de cada uma de suas respostas: o elemento da Natureza das coisas.

Colocada em termos gerais, a natureza da coisa pode ser entendida como o olhar histórico do desenvolvimento de uma sociedade e suas instituições. Defendemos aqui para se entender Burke, devemos entender esse ponto chave de seu pensamento, que aparece em diversos momentos da vida do autor, e em diferentes obras. Evidente que não podemos diminuir ou simplificar um intelectual tão rico e complexo em apenas uma camada de entendimento de seu pensamento. Porém nos parece uma camada significativa para sua compreensão.

Tampouco podemos diminuir um autor e exigir uma coerência interna em todos os seus escritos, nossa própria metodologia nos previne de cair neste mito da coesão dos intelectuais clássicos ao longo de toda sua vida. Ainda que não resolvamos de maneira assertiva e definitiva o Problema Burke, nos parece que avançamos em mais um passo na discussão ao acrescentarmos esse novo elemento. Não se trata de resumir o autor a um completo liberal ou a um completo conservador, que sequer eram termos de sua época, mas que foram atribuídos ao mesmo posteriormente. A questão, nos parece, reside em buscar entender como o intelectual via o desenvolvimento histórico nos diferentes contextos, e a relação desse com a natureza das coisas. Quando que um contexto de revolta e opressão segue a natureza ao buscar sua liberdade e independência, e quando que outro contexto de revolta e

---

24 CANAVAN, 1999, p.13.

opressão está tentando inverter com a natureza das coisas ao buscar sua liberdade. Se entendermos propriamente isto, não só estaremos tendo uma maior compreensão do autor em questão, mas também de um dos maiores legados que este deixou ao conservadorismo que posteriormente se moldou. Na mesma chave explicativa vemos a possibilidade de defender a liberdade de colonos então oprimidos, e de defender a aristocracia inglesa que, em seu desenvolvimento histórico, se estipulou enquanto líder da população, em uma sociedade em que muitos mandam em poucos, por um processo natural de formação histórico. Uma chave que parece seguir por toda a sua obra, uma espécie de fio condutor que alinha as obras de Burke, apesar de ainda não resolver a questão da quebra, ou não, nas ideologias do pensador em suas obras.

### **Referências Bibliográficas:**

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**, and on the proceedings in certain societies in London relative to that event. In: *Select Works – Vol. 2 – Reflections on the Revolution in France*. Indianapolis: Liberty Fund: 1999.

-----, **An Appeal From The New To The Old Whigs**, in consequence of some late discussions in parliament, relative to the *Reflection on the French Revolution*. London. The Second Edition. 1791.

-----, **A Vindication on Natural Society**, A View of the miseries and Evils arising to Mankind from every species of Artificial Society. In a Letter to Lord \*\*\*\*. London: Printed for M.Cooper in Pater-naster-Row, 1756.

-----, **Speech on Conciliation with America**. Cambridge: at the University Press. 1912 (texto original de 1774).

-----, **Speech of Edmund Burke, Esq., on Moving his Resolutions for Conciliation with the Colonies.**[1775] In: *Select Works – Vol. 1 – Thoughts on the Cause of the Present Discontents; Two Speeches on America*. Indianapolis: Liberty Fund: 1999.

CANAVAN, Francis. **Editor's Foreword**. In: *Select Works – Vol. 1 – Thoughts on the Cause of the Present Discontents; Two Speeches on America*. Indianapolis: Liberty Fund: 1999.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. **A História Contra a Revolução. Edmund Burke e o Problema do Direito Natural**. Revista Tempo de Conquista, v.17, p.1-22, 2015.

COBBAN, Alfred. **The debate on the French Revolution 1789-1800**. Londres: Nicholas Kayne, 1950.

FLORENZANO, Modesto. **Burke: um homem para todas as estações.** In: \_\_\_\_\_. *Começar o Mundo de novo: Thomas Paine e outros estudos.* Trabalho para o concurso de Livre-Docência em História Moderna na FFLCH-USP, São Paulo, 1999. p.148-180.

FURET, François. **A Revolução em debate.** Bauru: Edusc, 2001.

LIPPMANN, Walter. **The Good Society.** Little, Brown and Company, Boston: 1938.

LOCK, Frederick Peter. **Burke's Reflection on the Revolution in France.** Berne Convention. London, England. 1985.

-----, **Edmund Burke.** *Volume I:1730-1784.* New York: Oxford Clarendon Press, 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Conservadorismo Caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil Oitocentista.** *Lua Nova*, [online]. n.100, pp.313-362, São Paulo, 2017.

PARKINSON, James. **An address, to the Hon. Edmund Burke.** From the Swinish Multitude. Printed for J. Ridgway. York-Street; St. James's Square, 1793. Eighteenth Century Collections Online.

POCOCK, John Greville Agard. **The Political Economy Of Burke's Analysis of the French Revolution.** *The Historical Journal.* Vol.25, no.2. Cambridge University Press. Jun, 1982. pp.331-349.

PRIESTLEY, Joseph. **Letters to the Right Honourable Edmund Burke,** occasioned by his reflections on the Revolution in France, &c. Printed by Thomas Pearson. Birmingham, London. 1791. In Collection Queen's University Library.